

Instituições privadas querem o vale-educação

Segundo entidades, medida seria mais eficiente para o Prouni que concessão apenas de bolsas integrais, como defende o governo

Regiane de Oliveira

roliveira@brasileconomico.com.br

As instituições de ensino privado não estão nada animadas com o plano do ministro da Educação, Fernando Haddad, de alterar o Programa Universidade para Todos (Prouni) para um modelo que ofereça somente bolsas integrais. Hoje o programa conta com bolsas integrais para estudantes com renda familiar de até um salário mínimo e meio (R\$ 817,50) e bolsas parciais, de 50%, para os jovens com renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 1.635).

“Não é uma medida desejável e não deve ajudar a aumentar o número de alunos. Só vai prejudicar aqueles que têm renda maior e condições de arcar com uma parte do valor do curso”, afirma Hermes Ferreira Figueiredo, presidente do Sindicatos das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp).

Esta semana, Haddad defendeu a medida, dizendo que a maior parte das bolsas não ocupadas do Prouni são parciais. “Se todas fossem integrais, o preenchimento seria muito mais fácil. Quando o aluno se inscreve para meia bolsa, muitas vezes reluta em assumir aquele compromisso na hora da matrícula, porque ele é de baixa renda”, pontuou o ministro.

De acordo com Figueiredo, há tempos governo e instituições privadas estudam formas de ampliar o programa, mas a saída não está na redução do valor da bolsa. “O Prouni tem vagas sobrando, assim como várias faculdades públicas. O problema não são as mensalidades. O que impede o acesso é o custo elevado com transporte, vestuário, material, alimentação, computador e com novos hábitos de consumo, como ir ao cinema”, afirma.



O problema não são as mensalidades. O que impede o acesso é o custo elevado com transporte, vestuário, material, alimentação, computador e com novos hábitos de consumo, como ir ao cinema

Hermes Ferreira Figueiredo,
presidente do Semesp

Figueiredo diz que uma forma de aumentar o programa de bolsas do governo é criar uma espécie de vale-educação, que suplementaria a bolsa e permitiria que o governo repassasse diretamente para os estudantes o valor do benefício, que poderia ser utilizado para pagar todas as despesas relativas ao ensino superior. “Se sairmos do patamar de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para cerca de 7%, como pede o novo Plano Nacional de Educação (PNE), teremos uma margem enorme para ampliar as bolsas do governo sem mexer com a renúncia fiscal das instituições de ensino, que já está no limite”. Em troca da oferta de bolsas do programa, os estabelecimentos recebem isenção de tributos.

Fórmula incerta

Elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, com qualidade, é uma das metas propostas pelo governo no PNE, que está parado no Congresso.

Os meios de fazer isto, no entanto, não foram definidos. Figueiredo afirma que é um equívoco apostar na ampliação, sem critérios, das universidades. E diz que está na hora do governo aprender um pouco com o mercado privado de educação. “Há uma tendência em dizer que o ensino público é muito melhor, mas não temos nenhuma universidade pública no ranking das melhores do mundo.”

Aliás, o executivo defende que deveria haver um enxugamento de universidades no país. “Deveríamos sair do número de 60, 70 universidades para apenas cinco, mas que guardem a excelência do ensino e da pesquisa. No demais, o governo deveria crescer com faculdades e centros universitários, como faz hoje o mercado particular, uma estratégia mais barata e que atende à demanda de expansão de vagas do mercado.” ■

REGULAÇÃO



Para Semesp, setor precisa de agência

O Semesp defende a criação de uma agência nacional de regulação do ensino superior, a exemplo do que acontece com a saúde. O primeiro passo já foi dado pelo Ministério da Educação com a criação de uma secretaria que regula os cursos superiores. “O crescimento do setor de educação nos últimos dez anos fez com que o MEC absorvesse mais responsabilidades do que sua estrutura pode suportar”, diz o Semesp. A agência assumiria o papel de regulação e o MEC seguiria mantenedor de escolas públicas. **R.O.**